

2º PAINEL

Obstáculos ao ajuste no País

PARLAMENTARES E SINDICALISTA DEBATEM COM O DEPUTADO JOSÉ SERRA

Gilmar Carneiro (CUT) — Acho que o maior problema do Brasil e do Terceiro Mundo é a ausência de legitimidade dos poderes, considerando a necessidade de se integrar à economia internacional. Essa visão maniqueísta do comunismo/capitalismo está superada: os modelos estão saturados e nós temos que pensar do ponto de vista da cidadania, que nós somos cidadãos do mundo e temos que estar cada vez mais integrados. Acho que esse debate da cidadania e da democracia é mais importante do que a inflação, do que o modelo econômico. Este tem que ser consequência.

Os ricos brasileiros não terão paz enquanto os pobres não tiverem direito à vida, ao transporte, à educação, ao abastecimento e ao próprio trabalho. Se tivermos consciência disso, não precisaremos mais de ditaduras. Tem o modelo japonês e vários modelos para a gente debater, como o próprio pacto de Israel.

Deputado Genebaldo Corrêa (PMDB-BA) — O seminário está se encaminhando para conclusões muito claras. Em primeiro lugar, de que esses países reconhecidamente obtiveram sucesso, mas um sucesso relativo, tendo em vista que, se os indicadores econômicos são satisfatórios, no campo social ainda estão muito a desejar. Uma segunda conclusão é que esses países têm características muito diferentes das do nosso país. E uma terceira é que mesmo nesses países, para que essas reformas se efetivassem, foi preciso um mínimo de articulação e força política.

Não parece ser difícil elaborar um plano econômico, principalmente à base da experiência de outros países. Mas para executar esse plano é preciso que o governo tenha credibilidade para conduzir a sociedade até aos sacrifícios necessários. O Plano Collor I, mesmo com o sequestro da poupança, teve o voto da maioria do Congresso, porque o governo naquele momento estava respaldado na credibilidade dos votos que obteve. Certamente, se fosse agora não seria aprovado.

Qual é a expectativa de construção de um momento adequado para que a Nação possa aprovar um programa que signifique a reformulação do modelo do Estado? Ninguém discute que esse modelo serve mais para o Brasil, ninguém quer mais esse modelo, ninguém quer mais as prefeituras e os governos dos estados inchados com funcionalismo. O Congresso quer a reforma da Previdência, quer a reforma tributária. Agora, é preciso ter momento adequado.

Deputado Nei Lopes (PFL-RN) — O Congresso está sendo responsável pelo não ingresso do País na modernidade. Vejam as



Serra (dir.) e os debatedores: governo e Congresso atrapalham a estabilização.

matérias legislativas que estão lá. Está lá a emenda constitucional, o Emendão, que depois foi desdobrado. Sou o relator da parte dos monopólios, da modernização do Estado, ofereci meu parecer, e os cartórios, o corporativismo e a obstrução regimental impediram, depois de quase um ano, que o Brasil enfrentasse essa questão. Está lá o projeto de lei dos portos. E o presidente, com credibilidade ou sem credibilidade, não pode fazer nada, pois estamos numa democracia e não vivemos as facilidades existentes no México, no Chile e até na Venezuela.

Acho que essa é a grande questão que pesa sobre os nossos ombros, e que o povo percebe, porque se o presidente está sem credibilidade nós também estamos. No entanto, as discussões são as mais desinformadas e sectárias: pensa-se primeiro em Collor, no que ele

fez e deixou de fazer. Digo, como um desabafo, que se o povo brasileiro perguntar: "Por que vocês não decidem, deputados e senadores?", o povo tem razão. É preciso que a gente abra os olhos, comece a decidir, senão essa crise de credibilidade vai chegar ao Legislativo.

Celso Ming (jornalista) — Toda política de ajuste econômico exige uma distribuição de contas, e não se conhece um ajuste que não tenha cobrado mais do povo em geral do que das elites. Daí a questão da democracia: é possível, apesar disso, num regime democrático em que o povo esteja representado no Congresso, decidir pelo ajuste?

Os teóricos têm dito que é possível, sim, desde que haja um certo cansaço, desde que todas as camadas da população estejam cansadas e, afinal de contas, adiram à austeridade do ajuste. Mas a ques-

tão que coloco é: vamos esperar o cansaço, mas até quando?

José Serra — Infelizmente, no Brasil parece que vamos ter que mudar pelo cansaço. Por exemplo, com relação à inflação. Diferentes setores da sociedade, embora incorporem na retórica a questão do déficit e do ajuste fiscal, efetivamente ainda acham que podem ganhar nessa história, ou que isso pode ser feito sempre às custas do vizinho. Esse é o raciocínio das corporações em geral, é o problema básico. Inegavelmente, as duas hiperinflações na Argentina contribuíram para uma perda maior de ilusão quanto à possível convivência com um processo superinflacionário.

Eu acho que a política de ajuste é perfeitamente compatível com o processo democrático. Três exemplos: a Bolívia, que eu não mencionei aqui porque é um caso mui-

to peculiar, tem um coeficiente de importações de 50% do PIB, ao congelar o câmbio foi um monstruoso congelamento que acabou dando certo a curto prazo, porque o financiamento externo foi muito generoso; tem a Argentina, tem Israel, vários casos de estabilização bem-sucedida, sem afetar o processo democrático. Quanto mais depressa se estabilizar, menor é o custo social.

E a questão da política. Eu sei que precisa ter uma maioria, só que nas condições brasileiras a formação dessa maioria é muito difícil. Eu acho que agora nós temos que nos defrontar com reformas políticas a médio e longo prazos. O problema de curto prazo e de maioria política é muito complicado. Nós vamos agora entrar com uma revisão constitucional em 94, uma nova constituinte num ano eleitoral. Se se quisesse fazer mudança séria e viável na Constituição, tinha que ter antecipado a revisão.

Sem querer entrar muito na polêmica que não é nosso objetivo, acho que a colocação do Nei Lopes é muito sincera, mas ela de alguma maneira peca pelo excesso. A Constituição exige para sua mudança (isso está na Constituição, não é invenção de ninguém) maioria de três quintos, quatro votações, em cada votação de emenda pode-se fazer DVS, que é Destaque para Votação em Separado, um negócio que o Centrão inventou na Constituinte e que é diabólico. É um processo da maior complexidade e isso é mais agravado já que em geral as emendas enviadas pelo governo contêm muitos erros técnicos.

Aquilo que o deputado Genebaldo disse é correto: na prática o que o governo necessitou de instrumentos para a estabilização a curto prazo, para o bem ou para o mal, teve, do ponto de vista do Congresso. Segundo, para efeito das questões fiscais, teve muita cooperação também. Eu dou um exemplo, não é uma coisa que me envaidece, mas o Finsocial o governo esqueceu de revalidar. Nós advertimos muitas vezes. Quando enviou o projeto do novo Finsocial, ele era inconstitucional. Foi a nossa assessoria que corrigiu.

Eu lembraria ainda a questão da rolagem na qual tive uma aguda divergência com o meu amigo Genebaldo Corrêa. Nós fizemos o impossível para que aquela rolagem de dívida com Estados e Municípios não fosse aprovada e era o governo também querendo isso. Era uma coisa no fundo para defender a austeridade fiscal. Na verdade, no Congresso há uma frente única contra o erário. Não é a esquerda ou a direita, são todos, há em todos os partidos, inclusive os do governo e os colegas do deputado Nei Lopes.



PARA EXECUTAR UM PLANO ECONÔMICO É PRECISO QUE O GOVERNO TENHA CREDIBILIDADE

(deputado Genebaldo Corrêa, PMDB-BA)



O CONGRESSO É RESPONSÁVEL TAMBÉM PELO NÃO INGRESSO DO PAÍS NA MODERNIDADE. NÓS ESTAMOS SEM CREDIBILIDADE.

(deputado Nei Lopes, do PFL-RN)



OS RICOS NÃO TERÃO PAZ ENQUANTO OS POBRES NÃO TIVEREM DIREITO À VIDA E AO PRÓPRIO TRABALHO

(Gilmar Carneiro, secretário-geral da CUT)